

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS MODERNAS

KARINA SIRTOLI

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NA
FORMAÇÃO DO ALUNO-CIDADÃO**

Porto Alegre, 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS MODERNAS

KARINA SIRTOLI

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NA
FORMAÇÃO DO ALUNO-CIDADÃO**

Monografia apresentada ao Departamento de Línguas Modernas do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de licenciada em Letras com habilitação em Italiano.

Orientadora: Prof^ª. Daniela Norci Schroeder

Porto Alegre, 2006

À minha querida mãe por seu amor e
dedicação incondicional aos seus e ao
próximo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu pai, Juca, a minha mãe, Marivone, a meus queridos irmãos Tati e Marcelo, por todo o amor e apoio que sempre me deram.

Agradeço ao Marcelo, meu namorado, pela paciência e pela força que me deu nesse período tão tenso e corrido pelo qual passei durante esse último semestre de curso.

À minhas queridas amigas, irmãs de coração Adri, Nêga e Mariana, por fazerem parte da minha vida e por estarem ao meu lado em mais essa conquista.

Ao meu cunhado “Ruffles” pela ajuda e paciência.

À Ana, funcionária da biblioteca que foi extremamente gentil e prestativa no processo de normalização deste trabalho.

O modo mais seguro de se corromper um jovem é
instruí-lo a manter uma estima mais alta por
aqueles que pensam como ele do que por aqueles
que pensam diferente.

Friedrich Nietzsche

RESUMO

Pretende-se com esta monografia, fazer uma reflexão sobre o ensino de língua estrangeira considerando a sua função social e visando o contexto da escola pública, com o intuito de discutir seu papel na formação do aluno desta escola. O trabalho foi dividido em três partes: na primeira parte é discutido o ensino de língua estrangeira e sua função social na formação do aluno-cidadão à luz de diversos autores responsáveis por trabalhos na área de lingüística aplicada. Em seguida é abordada a importância da cultura local do aluno no ensino/aprendizagem de LE. A terceira e última parte se dedica a analisar a importância da formação permanente do professor de LE, possibilitando o desenvolvimento de estratégias para que esses educadores possam refletir sobre sua própria prática.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Estrangeira. Cidadania. Formação Continuada.

LISTA DE ABREVIATURAS

LE	- Língua estrangeira
LEs	- Línguas estrangeiras
LM	- Língua materna
PA	- Pesquisa-ação
PCN-LE	- Parâmetro Curricular Nacional – Língua Estrangeira
PCNs-LE	- Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Estrangeira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA E SUA FUNÇÃO SOCIAL	9
3 O ENSINO DE LE BASEADO NA CULTURA LOCAL.....	14
4 A FORMAÇÃO PERMANENTE DO PROFESSOR DE LÍNGUAS	18
5 CONCLUSÃO.....	21
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	23

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo discutir o ensino de língua estrangeira e sua função social. É importante ressaltar que o ensino de LE, aqui apresentado, visa somente o contexto da escola pública com o intuito de discutir seu papel na formação do aluno desta escola.

No primeiro momento discuto o ensino de língua estrangeira e sua função social na formação do aluno-cidadão, tendo como base diversos autores, dentre os quais, Moita Lopes, que é responsável por trabalhos na área de lingüística aplicada. A partir de questões de natureza social, levantadas em alguns dos seus livros, apresento pontos importantes que, a meu ver, devem ser considerados no contexto educacional da escola pública.

Para corroborar o que apresento na primeira parte, abordo a questão da importância da cultura local do aluno no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras, isto é, a sua realidade na comunidade em que vive, pois é partindo do conhecimento e aceitação de seu contexto social e cultural que o aprendiz poderá apreender de uma forma mais consciente as diferenças culturais e lingüísticas presentes nesse processo.

Por fim, analiso a importância da formação permanente do professor de LE, partindo de uma visão mais ampla do papel deste profissional nas escolas. A partir das considerações apresentadas nos capítulos subseqüentes, discuto a formação atual do professor-educador, enfatizando a reflexão crítica como elemento primordial nesse processo, pois possibilita o desenvolvimento de estratégias para que esses profissionais possam repensar sua própria prática e modificá-la.

2 O ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA E SUA FUNÇÃO SOCIAL

O ensino de língua estrangeira na escola pública é um tema que vem sendo discutido ao longo dos anos pelo governo, professores e estudiosos de lingüística aplicada. Para muitos que não conhecem a sua realidade, esse ensino não tem um caráter formativo importante no currículo escolar, pois são poucos os alunos do ensino público que poderão utilizar tal conhecimento em uma viagem ao exterior, ou até mesmo em sua futura profissão.

Daí ser visto como uma forma de “status” social, pois quem estuda uma língua estrangeira em um curso livre, certamente está acrescentando mais um importante conhecimento no seu currículo, pois a língua estrangeira, com o passar dos anos tem se tornado um importante instrumento para o profissional que procura emprego, sendo requisito básico para ingressar no mercado de trabalho. Por isso, o ensino de LE em cursos livres tem sido muito procurado por pessoas de todas as idades, o que fez com que o número de escolas de idiomas aumentasse significativamente nos últimos anos. Ao mesmo tempo que a LE é sinônimo de “status” social para as pessoas que estudam em cursos livres, na realidade educacional das escolas públicas a LE vem tentando conquistar seu lugar junto às demais disciplinas. Isso porque é considerada dispensável no currículo dessas escolas, pois não condiz com a realidade de seus alunos.

A língua estrangeira seria, portanto, uma disciplina útil? Segundo Balboni (1996, p. 20), há duas formas de responder a esta pergunta. A primeira seria do ponto de vista instrumental, em que o ensino de LE só tem validade pragmática, pois visa à utilização da mesma em um contexto real da língua. E temos que considerar que para a realidade das escolas públicas brasileiras - onde o aluno geralmente pertence à classe social mais baixa da população - a função instrumental da LE não seria útil no contexto escolar. Por outro lado, Balboni nos coloca uma segunda forma de ensinar a LE na escola. Esta baseada em princípios formativos, que visem em primeiro lugar, à formação de nossos alunos como cidadãos. Dessa forma, o ensino passa a dar ênfase ao processo educativo em si, e não somente à instrução, com seus métodos e suas técnicas.

Portanto, temos duas realidades diferentes: uma em que a LE aparentemente não tem função útil, pois não condiz com a realidade daqueles que a estudam e a outra onde ela aparece como garantia de status social e acréscimo no currículo profissional. Essas duas

maneiras de pensar sobre o papel da LE são muito distintas e não esclarecem sobre a verdadeira importância desta disciplina.

Acreditar que o aluno da escola pública não irá utilizar o aprendizado de LE deixa implícito que o currículo deve ser definido considerando a classe social do aluno que frequenta esta escola, e isso é no mínimo algo a se pensar, num país onde a aprendizagem de LE é cercada de prestígio social. Pois, segundo Moita Lopes

[...] no mundo contemporâneo, a falta de acesso [às novas tecnologias], de habilidade para operar em redes, e de mobilidade pode ser uma das causas básicas da pobreza e da diminuição dos horizontes e expectativas. Ao mesmo tempo, em tal mundo, é imperativo que imaginemos novas formas de identidades que revitalizem a vida local e empoderem aqueles que vivem vidas locais por meio de novas formas de discurso e de diálogo – formas que permaneçam conscientes, contudo, do fato de que em nosso mundo, o global “infectou” completamente a vida local (GEE, 2000a, p. 121 apud MOITA LOPES, 2003, p. 29-30).

Mais do que nunca, nós, professores, temos um papel importantíssimo na construção da identidade pessoal dos nossos alunos, pois não nos cabe apenas educar formalmente, mas sim visar sempre à formação de um aluno-cidadão, consciente de seu papel na sociedade e do momento sócio-histórico em que vive. Dessa forma, o ensino/aprendizagem de língua estrangeira, assim como as demais disciplinas do currículo escolar terão um objetivo útil na vida dos alunos já que tem como objetivo principal educar e não somente instruir o aprendiz.

Existem alguns mitos que perseguem o campo de ensino de LE no Brasil, como pensar que o déficit cultural e lingüístico do aluno é responsável por seu insucesso escolar. Ou seja, o modo como ele usa a linguagem e o seu contexto cultural como causas do mau desempenho do aluno na escola pública. Estas são idéias de fundo ideológico – “idéias ou representações através das quais os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas” (CHAUÍ, 1982, p. 21 apud MOITA LOPES, 1996, p. 66) – que mascaram o fracasso da escola como fracasso do aluno (MOITA LOPES, 1996). Portanto, como as outras disciplinas obrigatórias do currículo escolar, o ensino de LE tem objetivos didáticos que devem ser seguidos e trabalhados de acordo com o contexto social do aprendiz uma vez que a percepção do momento sócio-histórico em que nos encontramos é fundamental para que possamos situar a nossa prática de ensino e, assim, situar nossos alunos, se é verdade que a situacionalidade da vida humana é característica central dos significados e dos conhecimentos que construímos (JAWORSKI; COUPLAND, 1999; LAVE; WENGER, 1991; WENGER, 1998 apud MOITA LOPES, 2003,

p. 32). A escola ou o professor que não levar em conta, na sua prática docente, a realidade em que vivem seus alunos, certamente enfrentará grandes dificuldades durante o processo de ensino/aprendizagem. Conforme Moita Lopes (1996, p. 34),

Vivemos tempos de grande reflexividade sobre o mundo social, no sentido de que, "a sociedade se torna reflexiva...", o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para ela própria (BECK, 1997, p. 19) e tal reflexividade é possibilitada pelo discurso que vai moldando continuamente como também a nós mesmos.

O discurso é a forma que o ser humano tem de "existir" e participar de forma atuante em nossa sociedade, pois ocupa um papel muito importante na nossa vida social atual. O aluno, para tornar-se cidadão precisa estar consciente do mundo em que vive e capaz de atuar no mesmo. É através do discurso que ele poderá agir em prol de seus direitos. Portanto, o discurso como resultado da educação lingüística será uma ferramenta para que os aprendizes atuem em nossa sociedade como cidadãos conscientes do mundo em que vivem.

A educação lingüística é o cerne da vida contemporânea e, mais que isso, é fundamental para que o aluno avance no sentido de suprir o vácuo social da sala de aula, com a discussão não só do seu contexto sócio-histórico, mas também da situacionalidade do seu discurso. É a educação lingüística que vai possibilitar ao aluno questionar as contingências sociais e, portanto, discursivas, que constroem a exclusão, não só nas aulas de LE, mas também em outras áreas do currículo (MOITA LOPES, 2003, p. 54). Este reconhecimento da importância do ensino/aprendizado de uma nova língua é o reconhecimento do direito à evolução, isto é, o processo dinâmico de reações, não só entre professor e aluno, mas também dos alunos entre si e entre os conteúdos a que serão expostos, possibilitando sua inclusão, interação e seu desenvolvimento como indivíduo, permitindo, desse modo, que mobilize sua capacidade no sentido de solucionar problemas e enfrentar situações sob uma nova perspectiva social. Pois,

[...] aprender uma língua é aprender a se envolver nos embates discursivos que os discursos a que somos expostos em tal língua possibilitam, o que é igual a saber que estamos discursivamente posicionados de certos modos e que podemos alterar esses modos, para construir outros mundos sociais melhores ou outros significados sobre quem somos na vida social, de maneira a alterar os significados que nos excluem como também aqueles que excluem os outros (MOITA LOPES, 2003, p. 45).

Além de colocar o aluno diante de uma nova língua e cultura, trazendo uma nova visão do mundo, o ensino de LE é uma ferramenta importante no aprendizado da língua

materna, pois facilita e estimula o progresso do aprendiz, na medida em que auxilia no desenvolvimento da leitura em LM.

Independente de objetivos educacionais mais gerais relacionados com a aprendizagem de LEs, tais como a possibilidade de se tornar consciente do fenômeno da linguagem através do distanciamento da língua materna que a aprendizagem de uma LE oferece e a possibilidade de entrar em contato, através da aprendizagem de LEs, com aspectos de outras culturas que favoreçam a compreensão da sua própria etc., a aprendizagem da leitura em LE colabora no desenvolvimento de uma habilidade que é central na escola. Em outras palavras, aprender a ler em LE ajuda no desenvolvimento da habilidade da leitura em língua materna, que é, na verdade, a fonte de muitos problemas com os quais as crianças se defrontam na escola em todas as disciplinas (MOITA LOPES, 1993; ALBUQUERQUE, 1993 apud MOITA LOPES, 1996, p. 131-132).

A aprendizagem é um processo de co-participação que ocorre em um determinado grupo ou comunidade, e não o produto da mente de um indivíduo isolado. No contexto escolar, as relações de poder professor-aluno devem ser deixadas de lado, pois ambos ocupam lugar de destaque nesse processo no qual o professor tem como principal função, facilitar o aprendizado do aluno, criando situações favoráveis para a construção da identidade pessoal do mesmo. Pois segundo Bruner, (1997, p. 17 apud MOITA LOPES, 1996, p. 131) “A aprendizagem não deve só nos conduzir a algum lugar, ela deve nos permitir prosseguir mais facilmente”.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Estrangeira, os professores podem colaborar na construção de uma prática política pautada na ética e na igualdade ao mostrar no dia-a-dia em sala de aula como o mundo em que vivemos realmente é. A nossa função como professores-educadores, portanto, vai além do currículo formal das escolas. Somos profissionais responsáveis pela formação de cidadãos que futuramente devem estar aptos a agir em contextos sociais e culturais diversos.

A língua estrangeira [...] tem um valioso papel construtivo como parte integrante da educação formal. Envolve um complexo processo de reflexão sobre a realidade social, política e econômica, com valor intrínseco importante no processo de capacitação que leva à libertação. Em outras palavras, Língua Estrangeira [...] é parte da construção da cidadania (PCNs – LE, 1998, p. 41).

Os PCNs-LE, portanto, foram elaborados procurando respeitar as diversidades regionais, culturais e políticas presentes em nosso país, com o objetivo de desenvolver a consciência crítica do aluno e possibilitar seu engajamento discursivo, assim, “[...] o ensino de línguas oferece um modo singular para tratar das relações entre a linguagem e o mundo social,

já que é o próprio discurso que constrói o mundo social” (PCNs-LE, 1998, p. 43). Hoje, portanto, a expressão do discurso tornou-se essencial em nossas vidas e é através dele que o aluno, consciente de seu papel na sociedade, será capaz de utilizá-lo para construir e transformar o mundo social em que vive, partindo do conhecimento e entendimento de seu próprio contexto social, como veremos no capítulo seguinte.

3 A CULTURA LOCAL COMO BASE PARA O ENSINO DE LE NA ESCOLA

Ensinar uma língua estrangeira na escola pública, à primeira vista, pode parecer uma forma de aproximar os alunos de um contexto diferente daquele que eles estão acostumados, pois estudarão uma língua e uma cultura diferentes da sua. Mas esta é uma visão superficial, uma vez que esse “choque” lingüístico e cultural, pode ter conseqüências negativas, se a metodologia utilizada pelo professor não levar em conta o contexto social e cultural do aluno. *Aqui me refiro a realidade em que nossos alunos vivem e a comunidade em que estão inseridos.* O conhecimento dessa realidade social, cultural e econômica dos alunos, auxiliará o professor em seu trabalho em sala de aula, fazendo com que o mesmo utilize esse conhecimento em benefício de seus aprendizes através de atividades que tenham um proveito prático para os mesmos.

Todas as disciplinas devem colaborar para fazer o educando chegar mais perto de si mesmo, isto é, entender melhor o seu papel político, social e histórico. A aprendizagem de uma LE, ao contrário do que podem pensar alguns, fornece talvez o material primeiro para tal entendimento de si mesmo e de sua própria cultura, já que facilita o distanciamento crítico através da aproximação com uma outra cultura (KACHRU, 1976, p. 236 apud MOITA LOPES, 1996, p. 43).

As propostas político pedagógicas das escolas, normalmente, partem do princípio que o conhecimento está expresso, armazenado em algum lugar – nos livros ou na mente do professor, e o papel da escola é “oferecer” este conhecimento aos alunos através do ensino. Os estudantes, por sua vez, devem apreender esses conteúdos e aplicá-los em sua vida prática. Essa forma de ver o conhecimento como pronto, cristalizado, só será alterada quando o sistema escolar passar por mudanças que incentivem no aluno o exercício de sua função de aprender, pois é através da interação entre professor e aluno que a compreensão das realidades comuns a cada um serão compartilhadas, possibilitando que compartilhem também o conhecimento.

[...] a negociação patente na interação entre professor e aluno é que vai levar à construção de um conhecimento em comum entre eles. Este conhecimento é construído conjuntamente em sala de aula através de um processo que envolve controle, negociação, compreensão e falhas na compreensão entre aluno e professor até que passa a fazer parte do conhecimento compartilhado em sala de aula (EDWARDS & MERCER, 1987, p. 1 apud MOITA LOPES, 1996, p. 96).

Portanto, é preciso repensar o próprio conceito de conhecimento, que é muito mais um processo de construção do que um produto acabado que possa ser transmitido. Mais que isso, o professor, na relevância da sua participação neste processo de aprendizado, deverá ter como objetivo central a transmissão, para o aluno, da compreensão da multiplicidade dos discursos, já que

Aqueles envolvidos com educação lingüística têm duas escolhas: ou “colaboram” com sua própria marginalização ao se entenderem como professores de línguas sem nenhuma conexão com questões políticas e sociais, ou percebem que, tendo em vista o fato de trabalharem com linguagem, estão centralmente envolvidos com a vida política e social (GEE, 1994, p. 190 apud MOITA LOPES, 2003, p. 33).

É importante a presença do professor na discussão de questões políticas e sociais, uma vez que foi sempre pelo conhecimento que se formalizaram as idéias, e o professor, como responsável pela instrução, sempre esteve à frente destas discussões. E hoje, mais do que nunca, com as diferenças sociais marcadas por um grande abismo, sua importância é relevante. Estar ciente disto e envolver-se com estas questões é, para o professor que trabalha com educação lingüística, essencial na discussão com os alunos sobre a realidade política e social que os cerca. Esta importância e este envolvimento são fundamentais na sua relação com o aluno, enquanto parceiros de uma realidade muitas vezes diversa, mas que pode ser compreendida e também alterada através deste envolvimento mútuo.

Na sala de aula de LE, o conhecimento se constrói pela interlocução, negociação e principalmente através das diferenças, assim

“Lidar com as diferenças lingüísticas e as diferenças culturais tornou-se agora central para a pragmática de nossas vidas profissionais, civis e privadas” (COPE e KLANTIZ, 2000, p. 3 apud MOITA LOPES, 2003, p. 29).

2 } Quando se fala no ensino de LE, não tem sentido falar de algo que seja abstrato, pois aprender uma língua não significa somente decorar regras gramaticais. Por outro lado, o ensino de LE não é somente um instrumento lingüístico, pois o aluno deve poder contextualizar esse aprendizado, isto é, utilizar-se da respectiva cultura dessa língua como um instrumento facilitador do mesmo. Isto porque a língua e a cultura de um povo se influenciam mutuamente e o representam com igual intensidade. Tanto a língua como a cultura são instrumentos de grande importância quando falamos em ensino/aprendizagem de LE, pois é através da língua que descrevemos a cultura de um povo.

Cultura é aqui entendida como construção sócio-histórica, em oposição ao natural que é herança biológica da espécie. Tudo que é natural e deterministicamente estabelecido, é homogêneo; contrariamente, o cultural é construído na diferença, por isso identifica o grupo social (CHAUI, 1995 apud BOHN, 2001).

Considerar a cultura local do aluno é considera-lo como parte de um grupo social com padrões de comportamento e valores característicos de sua comunidade, fruto da civilização, do progresso, da marginalização, do desemprego e de tantos outros fatores que fazem do seu e de cada grupo social único. Assim, quando falamos em um ensino de LE baseado na cultura local, estamos nos referindo a um ensino que leve em conta o contexto de nossos alunos, pois consideramos que o professor de LE deve ter em mente a importância de conhecer a realidade na qual seus alunos estão inseridos, ou seja, sua cultura local, buscando assim, uma metodologia que possa ampliar seu conhecimento de mundo. A cultura local pode ser trabalhada de várias formas em sala de aula, basta que o educador se proponha a fazer com que seus alunos conheçam melhor seu próprio contexto social, que inclui a comunidade, a família, as festas, a escola, o trabalho e as dificuldades o circundam. Pois é partindo do conhecimento e entendimento de sua própria realidade que o aprendiz tem condições de, através da percepção das diferenças, procurar um modo de superar as dificuldades.

A integração da cultura local na sala de aula traz uma explosão de interdisciplinaridade em que se transversam disciplinas como a história, a literatura, as artes, a cultura e o folclore, a arquitetura, a biologia, a ecologia, os esportes e o entretenimento (BOHN, 2001, p. 24).

Desta forma o aluno será capaz de visualizar, não somente a cultura estrangeira, mas a sua própria cultura, colocando ambas frente a frente, e, a partir do conhecimento de novas formas de ver e de pensar o mundo, terá maiores possibilidades de entender sua realidade e de transformá-la, quando necessário. Daí a importância da conscientização social do educador que poderá contribuir para a formação geral do aprendiz tornando-o mais consciente quanto às suas próprias características culturais e quanto à sua força como agente de mudanças dentro de uma comunidade discursiva e dentro da sociedade como um todo (OLIVEIRA, 2000, p. 58).

São, portanto, as escolhas pedagógicas dos educadores que influenciarão a identidade cultural dos seus alunos, podendo, por um lado, reforçar esta identidade mas, por outro lado, colocá-la em risco, como diz o geógrafo Milton Santos (2000, p. 74),

[...] a questão capital é o entendimento do nosso tempo, sem o qual será impossível construir o discurso da liberação. Este, desde que seja simples e veraz, poderá ser a base intelectual da política. E isso é central no mundo de hoje, um mundo no qual nada de importante se faz sem discurso.

Atualmente, vivemos em tempos de grande reflexividade sobre o mundo social e histórico, em que a política faz parte da vida de cada cidadão. É essencial, portanto, que todo professor entenda o mundo em que vive, pois sem a compreensão do que se vive, não há vida política (MOITA LOPES, 2003, p.31). Ao nos envolvermos como educadores em sala de aula, em processos políticos e sociais, estamos nos envolvendo em processos que nos fazem refletir sobre o mundo em que vivemos e conseqüentemente isso nos instiga a lutar por uma realidade mais justa e igualitária. Por isso, a LE, assim como as demais disciplinas, deve ser trabalhada visando sempre à formação de um aluno-cidadão consciente de seu papel na sociedade e do momento sócio-histórico do qual faz parte. O aluno, ao receber uma educação voltada não somente para os conteúdos teóricos de cada disciplina, mas principalmente para a realidade prática da sua vida, terá maiores possibilidades de agir no mundo e de utilizar seu discurso em seu benefício e em benefício de seu próximo.

[...] os seres humanos são sujeitos e não objetos da história. Portanto, a escola tem que oferecer os meios para que o indivíduo participe nesse processo. No nosso campo de trabalho a escola deve então fazer uso de meios de instrução em LEs adequados ao seu contexto, que reflitam habilidades em LEs socialmente justificáveis e que estimulem a consciência crítica (FREIRE, 1982, p. 68; MOITA LOPES, 1996, p. 125 apud MOITA LOPES, 1996, p. 76).

Entender essa diferença cultural, econômica e social, e, principalmente, situar sua cultura em relação às demais, faz com que o aluno descubra e compreenda sua identidade cultural. Com certeza o professor é peça fundamental neste processo, pois é a partir de suas crenças e de sua metodologia de trabalho, que será possível realizar uma experiência docente tão transformadora e positiva para a formação social dos seus alunos, como veremos a seguir.

4 A FORMAÇÃO PERMANENTE DO PROFESSOR DE LÍNGUAS

Como discuto nos capítulos anteriores, o professor de LE, assim como os das demais disciplinas, tem um papel muito importante na formação do aluno. Isso porque ele é responsável pela construção da educação e da cidadania do mesmo. Autores da área de educação e de lingüística aplicada têm estudado e discutido a importância da formação permanente do professor, enfatizando a reflexão crítica como um elemento primordial nesse processo. Para Kemmis (1987), “reflexão crítica significa explorar de forma autoconsciente a natureza social e histórica de nossas relações como agentes no processo educacional, bem como investigar a relação pensamento e ação”.

A reflexão crítica, portanto, é um processo de autoconscientização que o professor-educador executará no seu dia-a-dia na escola e a partir de discussões com outros professores. A reflexão no contexto educacional discutido aqui, implica a substituição do saber pedagógico por questionamentos derivados da prática pedagógica. Para que essas mudanças ocorram é imprescindível que o professor esteja sempre envolvido na sua formação continuada buscando, através da reflexão crítica, construir uma perspectiva de ação cidadã.

A mudança não depende apenas da vontade. O desenvolvimento da autonomia para aprender e para gerenciar situações de aprendizagem depende também de outros fatores, tais como a experiência prévia como aprendiz e o conjunto de pressupostos sobre o ensino-aprendizagem. Mas, mais importante, depende de ter tempo para refletir não somente sobre as ações, mas também sobre a função social da aprendizagem de língua estrangeira no Brasil (CELANI E COLLINS, 2003, p. 99).

A reflexão crítica, como parte da formação continuada do professor, faz com que se torne um profissional atualizado, consciente de sua responsabilidade como educador e envolvido permanentemente com sua formação e com a formação de seus alunos.

[...] hoje, ensinar uma LE é possibilitar condições para que, ao se construir cidadão, o aprendiz tenha ampliado o acesso a outros modos de perceber e fazer sentido no mundo, bem como a outras formas de funcionamento ou posicionamento (práticas sociais) desse mundo (FREITAS, 2004, p. 123).

O que ensinamos para o aluno precisa ser significativo para que ele realmente possa aprender. Como professores-educadores em constante transformação, temos que levar em conta o que o aluno quer aprender e o que ele precisa aprender, de acordo com o contexto social em que vive, dando ao aprendiz a oportunidade de transpor seu aprendizado para outras situações da vida real. Portanto,

[...] propiciar uma pedagogia participativa, aquela em que se ensina os alunos a se envolverem ativamente na participação e tomada de decisões, vai ao encontro da aspiração da educação cidadã que “consiste em ensinar a conviver, a alcançar a maturidade psicológica e social para ‘colocar-se no lugar do outro’, ‘para colaborar na construção da pessoa’, ‘para valorizar a dignidade humana’, para acreditar sem utopias que a comunidade certamente pode ser melhorada a partir da ação e do envolvimento de seus membros” (SERRANO, 1991, p. 10 apud Freitas, 2004, p. 122).

O envolvimento do professor-educador na reflexão sobre a sua prática em sala de aula, é um processo de autoeducação e autoavaliação constante. A reflexão crítica permanente, conduzirá o professor à análise de sua própria prática docente, fazendo com que o mesmo possa (re)considerar sua forma de pensar e agir em sala de aula.

O professor, consciente de seu papel na formação do aluno-cidadão, trabalha em prol de seus aprendizes e principalmente de si mesmo. A formação continuada do educador, portanto, tem muito a acrescentar no seu desenvolvimento profissional, uma vez que possibilita ampliar seu conhecimento através da observação e da análise de si mesmo. Conforme apresentado no PCN-LE (1998, p. 109), “Para que isso seja possível, é necessário que o professor aprenda a refletir sobre suas práticas sistemáticas. É esta reflexão que vai gerar massa crítica na comunidade de professores de que participa, levando ao desenvolvimento da profissão”.

Para que esse programa de autoformação contínua seja possível, é essencial que os educadores familiarizem-se com as práticas de fazer pesquisa de modo que possam criticar seus próprios trabalhos (MOITA LOPES, 1996, p. 184). Há diversas formas de realizar uma investigação em sala de aula, uma delas é a pesquisa-ação, uma técnica na qual o professor faz um automonitoramento de sua prática. A pesquisa-ação possibilita uma oportunidade de reflexão de uma determinada prática envolvendo os sujeitos que dela participam diretamente, de modo a gerar mudanças que aprimorem tal contexto. Ou seja, o professor ao trabalhar com esta forma de investigação, realiza a coleta de dados e a análise de sua própria ação. O professor se torna professor-observador de sua própria prática, através das

gravações de suas aulas e posterior análise e discussão das mesmas com outros profissionais da área da educação.

O pensamento crítico gerado pela PA inclui o questionamento das próprias atitudes e crenças do professor, bem como as práticas institucionalizadas. Portanto, esse tipo de metodologia propicia uma reflexão permanente que leva o educador não somente à identificação de situações problemáticas, mas principalmente a uma constante atitude crítico reflexiva de sua ação em sala de aula. A prática da PA, portanto, me parece uma alternativa eficaz na formação reflexiva do professor de LE pois possibilita uma ação transformadora de sua prática docente, na medida em que proporciona o aprimoramento deste profissional.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho descrevo a importância do ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras na escola pública e a sua função social neste contexto escolar. Defendo o ensino de LE nas escolas como primordial para a formação do aluno, quando trabalhado de acordo com a realidade e as necessidades de nossos aprendizes.

A partir de teorias sobre o assunto, apresento a cultura local como base para facilitar o aprendizado de LE, pois um educador deve conhecer o contexto social de seus alunos buscando dessa forma trabalhar em favor dos mesmos. Mais que isso, o professor deve ter como objetivo principal motivar a parceria com seu aluno, no sentido de juntos, construírem possibilidades de ampliar seu conhecimento de mundo, tendo como base a realidade em que este vive. Considerar os valores da sua realidade cultural, suas diferenças sociais e políticas é fundamental para que o professor, ciente destas diferenças, busque a construção de um conhecimento comum entre eles.

Para que isso possa ocorrer de modo satisfatório, é necessário que o professor de línguas esteja ciente do seu papel nesse processo. Papel este que exige o comprometimento com as questões políticas e sociais deste aluno e que será construído pela negociação, pela interlocução e principalmente pelo tratamento dado às diferenças culturais e lingüísticas. Essa questão é central, pois a língua e a cultura de um povo se influenciam e o representam.

Apresento a reflexão crítica do professor de línguas como um processo de formação permanente que começa durante a graduação e que se estende por toda a sua vida profissional, e, para realizar essa reflexão, sugiro a pesquisa-ação como metodologia, pois acredito que ao executar o papel de pesquisador-observador de sua própria prática o professor terá capacidade de questionar sua ação em sala de aula e transformá-la.

Mas nem tudo são certezas. As próprias teorias e discussões aqui apresentadas nos levam a refletir seriamente sobre esse assunto e nos levam a considerar a importância de conhecer a realidade na qual está inserido o aluno, ou seja, a sua cultura local, o seu contexto, para que possamos encontrar métodos que facilitem a sua compreensão do que o cerca e amplie o seu conhecimento de mundo. Precisamos atrelar tais teorias que se mostram eficazes a possibilidades de realizações, no sentido de buscar a sua efetivação trabalhando na interação

entre professor, aluno e escola com o objetivo de chegar a um consenso que contemple o melhor caminho a seguir.

Desafios não faltam e essa é uma discussão que não se esgota. É necessário coragem e vontade de mudança. Mudança social, cultural e política. Portanto, cabe a cada um de nós, parceiros nessa jornada de conhecimento e ensino, refletir sobre as possibilidades e os caminhos que nos conduzam a essa mudança. Pois, apesar das dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas brasileiras, acredito que o ensino de *LE* vem conquistando, pouco a pouco, seu espaço como uma disciplina importante no currículo escolar e os professores de *LE* podem melhorar ainda mais esse quadro através de uma prática que tenha como prioridade sua formação permanente e a formação do aluno como cidadão.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAHÃO, Maria Helena. Crenças pressupostos e conhecimentos de alunos-professores de língua estrangeira e sua formação inicial. In: ABRAHÃO, Maria Helena Vieira (Org.). **Prática de Ensino de Língua Estrangeira: experiências e reflexões**. Campinas: Pontes Editores, 2004.

BALBONI, Paolo E. **Didattica dell'italiano a stranieri**. Roma: Bonacci, 1994.

BARBARA, Leila; RAMOS, Rosinda de Castro Guerra (Org.). **Reflexão e ações no ensino-aprendizagem de línguas**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização. As consequências humanas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

BOHN, Hilário I. A criação de ecologias cognitivas para a aprendizagem de línguas estrangeiras – o caso da cultura local. In: HAMMES, Wallney Joelmir; VETROMILE-CASTRO, Rafael (Org.). **Transformando a sala de aula, transformando o mundo: ensino e pesquisa em língua estrangeira**. Pelotas: Educat, 2001.

CELANI, Maria Antonieta Alba; MOITA LOPES, Luis Paulo da. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Estrangeira: 3º e 4º ciclos**. Brasília, DF: MEC, 1998.

CELANI, Maria Antonieta Alba (Org.). **Professores e formadores em mudança**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1979.

FRANCA, Junia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREITAS, Maria Adelaide de. Educação e ensino de língua estrangeira hoje: implicações para a formação de seus respectivos profissionais e aprendizes. In: ABRAHÃO, Maria Helena Vieira (Org.). **Prática de Ensino de Língua Estrangeira: experiências e reflexões**. Campinas: Pontes Editores, 2004.

FURTOSO, Viviane Bagio. O ensino de língua estrangeira: o foco no professor. **UNOPAR Cient., Ciênc. Hum. Educ.**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 67-82, jun. 2001.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrolé**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Monografia, Dissertação e Tese**. São Paulo: Avercamp, 2004.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. 1 CD.

LEFFA, Vilson J. Aspectos políticos da formação do professor de línguas estrangeiras. In: LEFFA, Vilson J. (Org.). **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. Pelotas, 2001. v. 1, p. 333-355.

MOITA LOPES, Luis Paulo da. **Oficina de lingüística aplicada**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

MOITA LOPES, Luis Paulo da. Socioconstrucionismo: discursos e identidades sociais. In: MOITA LOPES, Luis Paulo da (Org.). **Discursos de identidade: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Pacheco de. Escolhas pedagógicas do educador e identidade cultural dos aprendizes. **Linguagem & Ensino**, v. 3, n. 2, p. 49-59, 2000.

PARENTE, Regina Marques. As faces da educação: muito além dos jardins. In: SCHIMIDT, Saraí (Org.). **A educação em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2004.

VIGOTSKY, Lev Semionovitch. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.